

**CURRÍCULOS,
DIFERENÇAS
E FRONTEIRAS
DA EXCLUSÃO**

RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS
E DE GÊNERO

Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador

Editora Executiva

Prof.ª. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Unoesc/Unicamp

Conselho Editorial Educação Nacional

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP

Prof.ª. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP

Prof.ª. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp

Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar

Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp

Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR

Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC

Prof.ª. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp

Prof.ª. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas

Prof.ª. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp

Prof.ª. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS

Prof.ª. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS

Prof.ª. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI

Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp

Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR

Prof.ª. Dra. Vera Jacob – UFPA

Conselho Editorial Educação Internacional

Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional do Rosário

Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada

Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aveiro

Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Prof.ª. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de La Educación/Granada

Prof.ª. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho

Prof.ª. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján

Prof.ª. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata

Prof.ª. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata

José Licínio Backes
Ruth Pavan
(organizadores)

**CURRÍCULOS,
DIFERENÇAS
E FRONTEIRAS
DA EXCLUSÃO**

RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS
E DE GÊNERO

MERCADO®
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Currículos, diferenças e fronteiras da exclusão : relações étnico-raciais e de gênero / José Licínio Backes, Ruth Pavan (organizadores). – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2019. – (Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador)

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-7591-529-5

1. Currículos 2. Educação 3. Identidade de gênero 4. Inclusão social 5. Negros – Brasil 6. Povos indígenas 7. Professores – Formação profissional 8. Racismo – Brasil 9. Relações étnico-raciais I. Backes, José Licínio. II. Pavan, Ruth. III. Série.

19-30412

CDD-375

Índices para catálogo sistemático:

1. Currículos : Relações étnico-raciais e de gênero : Educação 375

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras
revisão final dos autores
bibliotecária: Cibele Maria Dias – CRB-8/9427

As ideias e contextualizações apresentadas nos textos são de responsabilidades dos respectivos autores não representando a conformidade e o pensamento da Editora.

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

OUTUBRO / 2019

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98. É proibida sua reprodução parcial ou total sem a autorização prévia do Editor. O infrator estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 9

capítulo 1

ESPAÑOL L2 Y EL NUEVO DISEÑO
DEL BILINGÜISMO ESCOLAR EN LA
ESCUELA INDÍGENA DE MÉXICO 19
Héctor Muñoz Cruz

capítulo 2

DE LA *INCLUSIÓN* A LA *APROPIACIÓN*:
JÓVENES INDÍGENAS E INTERCULTURALIDAD
EN LA UNIVERSIDAD NACIONAL
DE SALTA (ARGENTINA) 43
María Macarena Ossola e Ricardo Vieira

capítulo 3

PERTENCIMENTO, IDENTIDADES E DIÁLOGOS
INTERCULTURAIS EM UMA FORMAÇÃO
CONTINUADA VIRTUAL 65
Rosimeire Martins Régis dos Santos e
Maria Cristina L. Paniago

capítulo 4
PARA PENSAR ARTE INDÍGENA NO CURRÍCULO:
UMA ANÁLISE A PARTIR DE LIVROS DIDÁTICOS
DE ARTES PARA O ENSINO MÉDIO 81
Iara Tatiana Bonin e Mariana Schnorr Thomas

capítulo 5
PRÁTICAS DIDÁTICAS INTERCULTURAIS:
CONCEITOS E PRÁTICAS. 107
Andrea Rosana Fetzner

capítulo 6
RACISMO INSTITUCIONAL, EDUCAÇÃO DAS
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A LEI DE RESERVA
DE VAGAS PARA NEGROS NOS CONCURSOS
PARA PROVIMENTO DE CARGOS TÉCNICOS NA
UFRRJ: UMA EXPERIÊNCIA DE IMPLANTAÇÃO 131
Ahyas Siss e Ângela Ferreira Pace

capítulo 7
RELAÇÕES RACIAIS E DE SOCIABILIDADE ENTRE
GRUPOS DE ADOLESCENTES-JUVENIS NA ESCOLA. . . . 151
Wilma de Nazaré Baía Coelho e
Carlos Aldemir Farias da Silva

capítulo 8
EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
E O ENSINO SUPERIOR: CONSIDERAÇÕES
SOBRE AS LEIS 10.639/2003 E 11.645/2008. 181
Marizete Lucini e Maria Aparecida Bergamaschi

capítulo 9
CURRÍCULO, DIFERENÇA E PRODUÇÃO
DE SUJEITOS EM UMA ESCOLA
COM ALTO IDEB 203
Sirley Lizott Tedeschi e Ruth Pavan

capítulo 10
ANÁLISE DOS ESTUDOS CURRICULARES:
ÊNFASES E LACUNAS. 223
José Licínio Backes

capítulo 11
AS MENINAS FORAM PARA O PÁTIO ENSAIAR
DANÇA E ADIVINHE QUEM ENSINOU E TREINOU
TODAS? UM DOS MENINOS! 245
Janete Magalhães Carvalho, Steferson Zanoni Roseiro e
Terezinha Maria Schuchter

capítulo 12
O SENTIMENTO DE INFÂNCIA E AS
SINGULARIDADES DA CRIANÇA NO OLHAR
DO PROFESSOR DA ESCOLA POLO PANTANEIRA
DE AQUIDAUANA, MS: SUBSÍDIOS PARA PENSAR
UM CURRÍCULO DA DIFERENÇA 271
Patrícia Alves Carvalho e Jucimara Silva Rojas

capítulo 13
DA IMPORTÂNCIA DE UM CORPO ESTRANHO
E RISÍVEL: INÊS BRASIL, FORMAÇÃO DAS/DOS
PROFESSORAS/ES E “IDEOLOGIA DE GÊNERO” 301
Tiago Duque

capítulo 14	
IMAGENS, ESCRITOS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS: UMA “LEITURA DESOBEDIENTE” DE “PORTA DA POLICLÍNICA” DE BENEDITO JOSÉ TOBIAS E DE ESPERANÇA GARCIA	327
Francilene Brito da Silva e Mailsa Carla Pinto Passos	

capítulo 15	
ONDE ESTÃO AS MULHERES FILÓSOFAS? CURRÍCULO E QUESTÕES DE GÊNERO NA CONTEMPORANEIDADE	347
Dinamara Garcia Feldens, Aldenise Cordeiro Santos e Juliana S. Monteiro Vieira	

SOBRE OS AUTORES	367
----------------------------	-----

INTRODUÇÃO

O livro é o resultado de diferentes pesquisas de docentes e discentes de universidades estrangeiras (ESECS-IPLeiria, Portugal; Universidade Nacional de Salta, Argentina; Universidad Autónoma do México) e brasileiras (UERJ, UFRRJ, UFRGS, UNIRIO, UFPA, UFPI, UFMS, UFES, UEMS, ULBRA, UCDB). Grande parte dos textos provém de pesquisas com financiamento de agências públicas (CAPES, CNPq, FAPERJ e FUNDECT/MS).

A escolha dos autores para compor os 15 capítulos do livro levou em conta a sua trajetória de pesquisa, de modo que os capítulos tivessem como marca o rigor teórico, aliado ao compromisso político com os grupos excluídos, seja por questões étnico-raciais, seja por questões de gênero, ou ainda, pela articulação dessas. O fato de haver uma ênfase nessas questões e em suas fronteiras com a exclusão, longe de excluir a dimensão econômica (de classe), mostra que, além da dimensão econômica, há outras dimensões, com destaque para as questões de gênero, raça/etnia, que, articuladas, produzem processos de exclusão complexos, que, por isso mesmo, requerem análises mais complexas, portanto, que mostrem como elas se relacionam, como são interdependentes, fazendo com que alguns grupos sejam produzidos como diferentes, associando-se sua diferença com déficit, inferioridade, exclusão. Os autores preocupam-se em mostrar as resistências, subversões e lutas dos

grupos que vivem nas fronteiras da exclusão em função de suas identidades/diferenças étnico-raciais e de gênero.

Todos os capítulos situam-se no campo do currículo, visto pelos autores como estando muito além de uma lista de conteúdos a serem transmitidos – o currículo é um artefato cultural que produz sujeitos, identidades e diferenças. Sistemáticamente, o currículo tem privilegiado a produção de sujeitos brancos, masculinos e heterossexuais como normais, e os sujeitos que não possuem essas características (indígenas, negros, mulheres, LGBTs e outros) como aqueles a serem corrigidos, normalizados. Mesmo que esse processo de correção e normalização não seja bem-sucedido, pois a diferença sempre vaza, escapa, resiste à homogeneização, ele acaba contribuindo para a exclusão desses grupos. Os textos que compõem o livro trazem para o debate esses processos de resistência e subversão ao mesmo tempo que fazem uma crítica à lógica hegemônica da normalização, que contribui para a exclusão. Tudo isso, como já destacado, articulado com o campo do currículo.

No primeiro capítulo, *Español L2 y el nuevo diseño del bilingüismo escolar en la escuela indígena de México*, Héctor Muñoz Cruz analisa as possíveis mudanças da reforma educativa aprovada em 2017 e a ser implementada a partir de 2018 no México, a qual introduz a língua espanhola como segunda língua no currículo do sistema educacional para estudantes indígenas. Uma das maiores transformações, destaca o autor, é a reabertura de uma educação multilíngue nas escolas indígenas, com uma série de novas possibilidades e discussões a serem feitas, entre as quais, aponta-se como as línguas indígenas vão sobreviver em um contexto no qual a segunda língua, mesmo nesta condição, é uma língua hegemônica, portanto, com mais força política. Provavelmente, tal política provocará um processo de hibridização, trocas e traduções entre as línguas, não significando o fim das línguas indígenas. Esse processo, como salienta o autor, deve pautar-se na interculturalidade para que não se perca o protagonismo dos povos indígenas, que têm mostrado uma capacidade ímpar de resistir e de estabelecer

contatos, trocas e traduções, sem perder de vista a afirmação de suas identidades e suas línguas.

No segundo capítulo, *De la inclusión a la apropiación: jóvenes indígenas e interculturalidad en la Universidad Nacional de Salta (Argentina)*, María Macarena Ossola e Ricardo Vieira trazem a análise de um estudo de caso de uma política de inclusão de alunos indígenas na Universidade Nacional de Salta que foi implementada no período 2008-2012. Os autores mostram, por meio das falas obtidas em entrevistas com professores e estudantes indígenas, como estes últimos ressignificaram a proposta inicial mediante a disputa de espaços de participação não previstos na proposta intercultural da universidade. Além disso, embora a proposta intercultural estivesse pautada no apelo a tolerância sem trazer para o centro as necessárias mudanças de percepção do outro e primando pelo “politicamente correto”, graças à participação ativa de estudantes indígenas e não indígenas, ela se tornou um processo político que possibilitou novas formas de participação e organização, contribuindo para a transformação da universidade, dos indígenas, não indígenas e professores.

No terceiro capítulo, *Pertencimento, identidades e diálogos interculturais em uma formação continuada virtual*, Rosimeire Martins Régis dos Santos e Maria Cristina L. Paniago discutem a formação continuada de professores desenvolvida em um ambiente presencial e virtual. Com foco nas possibilidades de um diálogo intercultural, o texto traz a análise dos resultados de uma pesquisa, que envolveu professores indígenas da Escola Indígena General Rondon, localizada na Aldeia Bananal, Distrito de Taunay, distante aproximadamente 190 km de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul. A pesquisa mostra as possibilidades de diálogo de conhecimentos, saberes e culturas, mediadas pelas trocas virtuais, com destaque para *e-mails*, postagens no Facebook e registros no Google Docs, formas de anotação que as autoras articulam com o método da pesquisa de etnografia virtual. Para as autoras, além de um processo de formação, esse foi também

um processo de autoformação, sobretudo, por provocar nas pesquisadoras reflexões sobre a necessidade de se descolonizarem para poderem, de fato, oferecer uma formação que se aproximasse mais da interculturalidade.

No quarto capítulo, *Para pensar arte indígena no currículo: uma análise a partir de livros didáticos de Artes para o Ensino Médio*, Iara Tatiana Bonin e Mariana Schnorr Thomas analisam as representações de arte indígena presentes nos livros didáticos de Ensino Médio. Sua pesquisa mostra que, nos livros didáticos, ainda predominam as abordagens monoculturais (eurocênicas), que colocam os povos indígenas como simples complemento ou estranhos à cultura europeia, vista como modelo a ser seguido. Ao privilegiarem dois livros didáticos presentes nas escolas do Ensino Médio por meio do Plano Nacional do Livro Didático, as autoras evidenciam que, apesar de críticas ao indígena genérico e aos estereótipos, a abordagem que se destaca inscreve-se em um multiculturalismo (liberal), que apela para a diversidade, a tolerância e o respeito pelas culturas diferentes, sem questionar a cultura hegemônica (europeia). Observam, ainda, que os indígenas são apresentados como sujeitos do passado, e não como sujeitos que vivem no contexto atual.

No quinto capítulo, *Práticas didáticas interculturais: conceitos e práticas*, Andrea Rosana Fetzner traz o histórico do conceito de interculturalidade, enfatizando as contribuições para o desenvolvimento de práticas didáticas no Ensino Fundamental. Ela mostra que o conceito de interculturalidade nasce no contexto das lutas dos povos indígenas na América Latina, desde então mantendo um potencial crítico, pelo qual se reivindicam justiça social, reconhecimento da diferença e afirmação de direitos, culturas e linguagens. Com base nesse conceito, a autora analisa as práticas didáticas desenvolvidas no âmbito do *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)*, argumentando que *muitas delas podem ser vistas como interculturais, especialmente por meio das atividades que contribuíram com a visibilização dos*

saberes outros que geralmente são negligenciados nas escolas, possibilitando que os estudantes pudessem refletir sobre suas culturas, identidades, diferenças e procedimentos, sem vistas à classificação ou subalternização.

No sexto capítulo, *Racismo institucional, educação das relações étnico-raciais e a Lei de Reserva de Vagas para Negros nos concursos para provimento de cargos técnicos na UFRRJ: uma experiência de implantação*, Ahyas Siss e Ângela Ferreira Pace trazem a análise dos dados em relação ao cargo de assistente em administração da UFRRJ, tendo como base o conceito de racismo institucional. Apesar de reconhecerem a relevância da Lei de Reserva de Vagas, os autores mostram que ela, por si só, não dá conta de acabar com o racismo institucional e ainda carece de um aperfeiçoamento para que possa servir mais aos propósitos do povo negro. Os autores também indicam que a Lei se abre para várias interpretações subjetivas, o que acaba por fragilizar seu impacto e provocar uma constante judicialização dos concursos. Essas questões, longe de serem apenas formais, são mais uma demonstração de que a sociedade brasileira está distante de uma democracia racial e impregnada do racismo institucional.

No sétimo capítulo, *Relações raciais e de sociabilidade entre grupos de adolescentes-juvenis na escola*, Wilma de Nazaré Baía Coelho e Carlos Aldemir Farias da Silva analisam como adolescentes se organizam em grupos na escola de Ensino Médio e como suas relações são desenvolvidas como chaves para a leitura que fazem da hierarquia racial e da forma como se percebem nela. A pesquisa foi realizada por meio de observação, questionário, entrevistas e grupos de discussão com 184 adolescentes com idades entre 13 e 20 anos. Os autores observaram que os adolescentes tendem a buscar semelhanças e têm dificuldade em lidar com a diferença racial. A diferença costuma ser vista com suspeita, torna-se motivo de ofensa verbal e, segundo os autores, não raras vezes, colabora para o insucesso escolar. Embora a pesquisa tenha tido como foco os alunos, os autores lembram que a escola e o currículo,

de modo sistemático, não lidam com a diferença e os diferentes para que estes possam ver-se e ser vistos com dignidade.

No oitavo capítulo, *Educação das relações étnico-raciais e o ensino superior: considerações sobre as leis 10.639/2003 e 11.645/2008*, Marizete Lucini e Maria Aparecida Bergamaschi, com base na interculturalidade crítica, analisaram um curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe, identificando os processos que tornam (in)visíveis os saberes relativos à história e à cultura afro-brasileira e indígena. As autoras observam que, embora a temática das relações étnico-raciais não esteja explícita no Projeto do Curso, há ementas nas quais ela está presente. Entretanto, o caráter generalizante acaba por contribuir para não trazer para o centro da problematização as transformações epistêmicas necessárias para que a inclusão da temática ocorra de fato. As autoras apontam que, para que se possa ter um currículo com justiça cultural e decolonial, importa incluir os conhecimentos e saberes subalternizados pela colonialidade na formação docente inicial.

No nono capítulo, *Currículo, diferença e produção de sujeitos em uma escola com alto IDEB*, Sirley Lizott Tedeschi e Ruth Pavan demonstram como a produção de sujeitos, com destaque para sujeitos racializados e generificados, se dá no currículo de uma escola com alto IDEB. As autoras trazem os dados de uma pesquisa realizada com professores dos anos finais do Ensino Fundamental, mostrando que a produção dos sujeitos ainda ocorre sistematicamente na lógica da modernidade, que privilegia o idêntico, a mesmidade, a unidade, a padronização e a homogeneização. Por conseguinte, a diferença, a multiplicidade e a heterogeneidade tendem a ser vistas como anomalias que devem ser superadas para que índices maiores nas avaliações externas possam ser alcançados. Entretanto, segundo as autoras, há algo mais – resistências, escapes e linhas de fuga, que asseguram que as diferenças continuem presentes no currículo, fazendo seu jogo.

No décimo capítulo, *Análise dos estudos curriculares: ênfases e lacunas*, José Licínio Backes traz os resultados de

uma pesquisa realizada em periódicos A1 editados no Brasil no período 2010-2014, abordando questões centrais no campo do currículo. O autor mostra que, nos currículos, segundo os artigos analisados, ainda predomina a formação de um sujeito branco, masculino, heterossexual; em decorrência disto, sujeitos outros são discriminados e excluídos dos currículos. O autor também aponta que, talvez tão importante quanto mostrar quais os sujeitos o currículo tem produzido, seja investigar como outros sujeitos podem ser produzidos, notadamente sujeitos não homofóbicos, não racistas e não sexistas.

No décimo primeiro capítulo, *As meninas foram para o pátio ensaiar dança e adivinhe quem ensinou e treinou todas? Um dos meninos!*, Janete Magalhães Carvalho, Steferson Zanoni Roseiro e Terezinha Maria Schuchter analisam as diferentes políticas de inclusão (raça/etnia, gênero, educação especial...), mostrando que, apesar do aparente consenso sobre sua relevância, elas podem ser uma nova forma de governança, administração e regulação das diferenças – uma forma de incluir a diferença em uma sociedade já dada, sem efetivamente colocar em xeque a normalidade. Os autores trazem os resultados de uma pesquisa realizada com professores de uma escola pública de Vitória e apostam nas possibilidades de criação de um currículo que não busque a homogeneização, a mesmice, a identidade, mas a diferença que difere, que é potência de vida, em singularidades que negam qualquer possibilidade de um universal.

No décimo segundo capítulo, *O sentimento de infância e as singularidades da criança no olhar do professor da Escola Polo Pantaneira de Aquidauana, MS: subsídios para pensar um currículo da diferença*, Patrícia Alves Carvalho e Jucimara Silva Rojas trazem o currículo da escola do Pantanal e suas especificidades para o debate, considerando, sobretudo, como as singularidades da criança pantaneira forjam um currículo que difere do currículo nacional. De acordo com as autoras, a criação de um currículo diferenciado para a escola pantaneira foi uma conquista recente dos povos pantaneiros.

Mais especificamente, a escola que é foco da pesquisa foi criada oficialmente no ano de 2000, mas iniciou as atividades dois anos antes. As autoras descrevem as especificidades do currículo dessa escola, mostrando que ele está sempre em construção, sendo modificado conforme as demandas da realidade das crianças e dos povos do Pantanal.

No décimo terceiro capítulo, *Da importância de um corpo estranho e risível: Inês Brasil, formação das/dos professoras/es e “ideologia de gênero”*, Tiago Duque analisa a personagem midiática Inês Brasil para problematizar o currículo da formação de professores, utilizando-se de pesquisa *online* (sites e redes sociais). O autor argumenta que o pânico moral em torno do que vem sendo denominado de “ideologia de gênero” não é tanto fruto da suposta ameaça à infância e à família, mas da dificuldade de enfrentar o projeto de sociedade que garante privilégios aos sujeitos heterossexuais masculinos. Mostrar, nos currículos de formação de professores, quais os interesses e privilégios produzidos em torno da heteronormatividade é fundamental para que os professores, ao atuarem nos currículos em diferentes níveis, possam contribuir para a construção de outros currículos e de uma sociedade plural, que reconheça as diferenças de gênero e sexualidade.

No décimo quarto capítulo, *Imagens, escritos e produção de sentidos: uma “leitura desobediente” de “Porta da Policlínica” de Benedito José Tobias e de Esperança Garcia*, Francilene Brito da Silva e Mailsa Carla Pinto Passos analisam duas obras de arte, *Esperança Garcia* (1770) e *Porta da Policlínica* (1937), na perspectiva da decolonialidade, o que as faz entender que *Esperança Garcia*, embora seja uma carta, é também uma obra de arte. As autoras, com sua análise, permitem-nos vislumbrar potências para descolonizar o currículo, marcado por uma hierarquia colonial/racial, pelo viés da desobediência epistêmica. Elas evidenciam que, além da história oficial, muitas são as histórias possíveis e muitas merecem ser contadas. Ao contar outras histórias, outros currículos emergem, e, portanto, outros sujeitos são construídos.

No décimo quinto capítulo, *Onde estão as mulheres filósofas? Currículo e questões de gênero na Contemporaneidade*, Dinamara Garcia Feldens, Aldenise Cordeiro Santos e Juliana S. Monteiro Vieira mostram como persiste um currículo que exclui a diferença na educação, deslegitimando a mulher como produtora de conhecimento. As autoras, ao analisarem o currículo do curso de Filosofia, observam que as mulheres estão ausentes. Argumentam que a filosofia da diferença, contrariamente à filosofia moderna, que privilegia o mesmo, a verdade e a certeza, possibilita vermo-nos como permanentes aprendizes, como produtores de cartografias errantes, sem pretensões de verdade. Ela permite, ainda, pensar outros currículos, currículos das multiplicidades, das diversidades, das diferenciações, que vão produzir novas potências de saber, múltiplos e mutantes pontos de vista, novos jeitos de entender a escola e a educação.

Esperamos que a leitura dos capítulos contribua para a reflexão e a construção de currículos que se deem na lógica da diferença, e não na lógica da mesmidade e da exclusão; que contribua para a construção de currículos sem discriminar, estereotipar e (re) produzir desigualdades sociais; que contribua para a percepção de que, além de uma Base Nacional Curricular Comum, *outros currículos são possíveis*.

*José Licínio Backes
Ruth Pavan*